



RELATÓRIO ANUAL

2017

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	02
Dados da Cooperativa	03
Nossa Visão e Nossa Missão	04
Relatório da Administração	06
Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo)	09
Demonstrações de Sobras ou Perdas	11
Demonstrações de Mutações do Patrimônio	12
Demonstrações de Fluxo de Caixa	13
Desempenho do Sicoob Crediuna	14
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	20
Parecer do Conselho Fiscal	37
Relatório de Auditoria sobre as demonstrações contábeis	38

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados associados,

O Sicoob Crediuna desde a sua fundação em 24 de setembro de 1989, tem como principal objetivo gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis a todos os nossos associados e comunidades em que atuamos.

O ano de 2017, foi desacreditado por muitos, principalmente no âmbito econômico. Preparamos nossa equipe de todas as nossas agências localizadas nas cidades de Bonfim, Brumadinho, Crucilândia, Igarapé, Itatiaiuçu, Itaúna, Mateus Leme, Mário Campos e Rio Manso e conseguimos em uma parceria entre o Sicoob Crediuna e nossos associados, superar à meta que havia sido projetada.



O resultado apresentado referente ao exercício de 2017, é mérito de todos os nossos cooperados, àqueles que acreditaram na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna e fizeram com que nossa instituição se tornasse referência em todo o sistema.

Trabalhar em uma cooperativa onde todos visam o mesmo objetivo, é motivo de orgulho e por isso, quero aproveitar para agradecer a cada um de vocês que se dedicaram e principalmente acreditaram em nosso trabalho.

A palavra que define este nosso resultado é GRATIDÃO, e é com esse sentimento que desejo que quando formos apresentar o resultado do exercício de 2018, possamos celebrar ainda mais esta interação entre todos. Que este nosso crescimento seja contínuo e que nossa cooperativa possa continuar sendo a propulsora do desenvolvimento econômico e social dos nossos associados.

Muito obrigado!

Um grande abraço,

Luciano Olímpio Guimarães
Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Crediuna

DADOS DA COOPERATIVA

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE ITAÚNA LTDA. SICOOB CREDIUNA

Bonfim

Rua Benedito Valadares, 222
Centro
Bonfim - MG
(31) 3576-1684

Brumadinho

Rua Presidente Vargas, 136
Centro
Brumadinho - MG
(31) 3571-3385

Crucilândia

Av. Coronel Parreiras, 424
Centro
Crucilândia - MG
(31) 3574-1627

Igarapé

Rua Cristiano Machado, 426
Centro
Igarapé - MG
(31) 3534-3584

Itaúna (Matriz)

Rua Silva Jardim, 822
Bairro Universitário
Itaúna - MG
(37) 3249-2100

Itatiaiuçu

Praça Antônio Quirino da Silva, 88
Centro
Itatiaiuçu - MG
(31) 3572-1707

Mário Campos

Rua João de Carvalho, 74
Centro
Mário Campos - MG
(31) 3577-2344

Mateus Leme

Praça Benedito Valadares, 286
Loja 01 - Centro
Mateus Leme - MG
(31) 3535-1496

Rio Manso

Rua Antônio Pedro de Melo, 28
Centro
Rio Manso - MG
(31) 3573-1220

DIRETORIA EXECUTIVA

Geraldo Márcio de Morais
Diretor Executivo Administrativo

Paulo César de Freitas
Diretor Executivo Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Olímpio Guimarães
Presidente do Conselho de Administração

Lindair Vicente de Resende
Vice Presidente do Conselho de Administração

CONSELHEIROS DA ADMINISTRAÇÃO

Moacir Parreiras da Silva
Maria Lucélia de Oliveira Antunes
Clébio Augusto da Silva
Rosenei Monteiro Lima Andrade
Etelvino Carvalho Santos
José Maria Dornas
Geraldo Márcio de Morais

CONSELHO FISCAL

EFETIVO
Arísio de Oliveira Campos
Nilzo José de Faria
Irene Maria de Oliveira

SUPLENTE
Ary de Freitas Marques Filho
Thiago Lopes Cançado de Faria
José Lúcio Naves

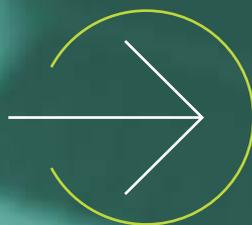
NOSSA VISÃO

"Ser reconhecida como a melhor e mais segura solução financeira e de serviços para o associado e suas comunidades"

NOSSA MISSÃO

"Assegurar aos associados e suas comunidades, através da cooperação, soluções financeiras e de serviços comprometidos com o seu desenvolvimento econômico e social."

PRESTAÇÃO DE CONTAS



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. – SICOOB CREDIUNA, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017 o SICOOB CREDIUNA completou 28 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB CREDIUNA obteve um resultado de R\$ 8.152.365,48 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 24,93%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 63.027.926,62. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 114.330.410,37.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 20.652.930,85	18,06%
Carteira Comercial	R\$ 93.677.479,52	81,94%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 26,81% da carteira, no montante de R\$ 32.287.196,50.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 129.303.739,04, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 41,45%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 35.220.647,92	27,24%
Depósitos a Prazo	R\$ 94.083.091,12	72,76%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 23,79% da captação, no montante de R\$ 31.492.513,41.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIUNA na data-base de 31/12/2017 alcançou o valor de R\$ 32.699.898,25. O quadro de associados era composto por 11.840 cooperados, havendo um acréscimo de 11,45% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIUNA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95,03% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO realizada em 21/02/2017, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIUNA aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a Ouvidoria do SICOOB CREDIUNA registrou 22 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de

esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente.

Das 22 reclamações, 06 foram consideradas procedentes esclarecidas e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para a parte envolvida, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. E quanto a outro restante foi considerada como improcedente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCOOP tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150 de 30/10/2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Itaúna - MG - 18 de Janeiro de 2018.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda.
SICOOB CREDIUNA

Luciano Olímpio Guimarães

Presidente do Conselho Administração

Clébio Augusto da Silva

Conselheiro de Administração

José Maria Dornas

Conselheiro de Administração

Moacir Parreira da Silva

Conselheiro de Administração

Paulo Cesar de Freitas

Diretor Executivo Financeiro

Lindair Vicente de Resende

Vice Presidente do Conselho Administração

Etelvino Carvalho Santos

Conselheiro de Administração

Maria Lucélia de Oliveira Antunes

Conselheira de Administração

Rosenei Monteiro Lima Andrade

Conselheira de Administração

Geraldo Márcio de Moraes

Diretor Executivo Administrativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016
Circulante		139.731.732,85	103.882.713,39
<u>Disponibilidades</u>		2.198.382,22	1.800.250,92
<u>Relações Interfinanceiras</u>	5	63.027.926,62	39.948.586,94
Centralização Financeira - Cooperativas		63.027.926,62	39.948.586,94
<u>Operações de Crédito</u>	6	71.092.136,26	60.197.472,45
Operações de Crédito		75.308.852,75	62.559.043,09
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(4.216.716,49)	(2.361.570,64)
<u>Outros Créditos</u>	7	735.678,59	837.340,86
Créditos por Avais e Fianças Honrados		144.875,55	134.167,25
Rendas a Receber		368.692,25	505.637,36
Diversos		305.080,63	301.678,14
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(82.969,84)	(104.141,89)
<u>Outros Valores e Bens</u>	8	2.677.609,16	1.099.062,22
Outros Valores e Bens		2.545.135,82	993.555,75
Despesas Antecipadas		132.473,34	105.506,47
Realizável a Longo Prazo		39.988.095,21	29.756.865,95
<u>Operações de Crédito</u>	6	39.021.557,62	28.890.794,66
Operações de Crédito		39.021.557,62	28.890.794,66
<u>Outros Créditos</u>	7	966.537,59	866.071,29
Diversos		966.537,59	866.071,29
Permanente		11.556.035,58	9.363.795,61
<u>Investimentos</u>	9	5.661.070,56	3.863.171,83
Participações em Cooperativas		5.624.147,56	3.826.248,83
Outros Investimentos		36.923,00	36.923,00
<u>Imobilizado em Uso</u>	10	5.894.965,02	5.500.623,78
Imóveis de Uso		3.812.594,94	2.590.793,00
Outras Imobilizações de Uso		4.185.771,88	4.631.608,33
(Depreciações Acumuladas)		(2.103.401,80)	(1.721.777,55)
TOTAL DO ATIVO		191.275.863,64	143.003.374,95

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
Circulante		145.109.951,84	101.599.537,84
<u>Depósitos</u>	11	129.303.739,04	91.409.964,39
Depósitos à Vista		35.220.647,92	23.308.143,81
Depósitos a Prazo		94.083.091,12	68.101.820,58
<u>Relações Interfinanceiras</u>	12	7.420.243,88	1.932.961,86
Repasses Interfinanceiros		7.420.243,88	1.932.961,86
<u>Relações Interdependências</u>	13	3.594.873,19	3.864.994,20
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.594.873,19	3.864.994,20
<u>Outras Obrigações</u>	14	4.791.095,73	4.391.617,39
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		55.013,35	28.325,46
Sociais e Estatutárias		1.176.006,01	1.125.504,15
Fiscais e Previdenciárias		548.495,04	481.860,82
Diversas		3.011.581,33	2.755.926,96
Exigível a Longo Prazo		13.466.013,55	15.781.737,28
<u>Relações Interfinanceiras</u>	12	12.493.304,33	14.860.105,60
Repasses Interfinanceiros		12.493.304,33	14.860.105,60
<u>Outras Obrigações</u>	14	972.709,22	921.631,68
Diversas		972.709,22	921.631,68
Patrimônio Líquido		32.699.898,25	25.622.099,83
<u>Capital Social</u>	16	16.594.355,94	15.506.503,42
De Domiciliados no País		16.663.459,21	15.554.409,47
(Capital a Realizar)		(69.103,27)	(47.906,05)
<u>Reserva de Lucros</u>		12.436.977,84	6.360.795,10
<u>Sobras Acumuladas</u>		3.668.564,47	3.754.801,31
TOTAL		191.275.863,64	143.003.374,95

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	13.540.046,52	25.841.867,10	20.778.868,52
Operações de Crédito	13.540.046,52	25.841.867,10	20.778.868,52
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira	(6.458.152,95)	(12.241.974,96)	(10.444.184,47)
Operações de Captação no Mercado	(3.369.449,08)	(7.351.540,54)	(7.716.207,92)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(815.309,08)	(1.483.632,58)	(1.086.460,11)
Provisão para Operações de Créditos	(2.273.394,79)	(3.406.801,84)	(1.641.516,44)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	7.081.893,57	13.599.892,14	10.334.684,05
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais	(2.429.276,40)	(4.585.898,37)	(4.206.887,90)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	1.765.637,75	3.154.143,26	2.049.169,53
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	2.194.287,91	4.204.237,84	3.346.493,91
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(4.692.251,42)	(9.247.058,64)	(7.712.101,09)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(4.399.008,73)	(8.574.536,70)	(7.180.668,02)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(157.985,59)	(287.095,06)	(155.055,00)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.332.237,13	4.843.921,78	5.078.066,58
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	18 1.302.018,43	2.654.547,38	1.539.580,49
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	19 (774.211,88)	(1.334.058,23)	(1.172.374,30)
Resultado Operacional	4.652.617,17	9.013.993,77	6.127.796,15
Resultado Não Operacional	20 (147.078,53)	(188.422,17)	(93.129,35)
Resultado Antes da Tributação/Participações	4.505.538,64	8.825.571,60	6.034.666,80
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos	(122.460,01)	(207.989,84)	(138.368,01)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos	(91.071,38)	(157.097,24)	(109.066,00)
Participação no Lucro (Sobra)	(308.119,04)	(308.119,04)	-
Sobras / Perdas antes das Destinações	3.983.888,21	8.152.365,48	5.787.232,79
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	16.d -	(4.483.801,01)	(2.025.531,48)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(407.618,27)	(289.361,64)
Reserva Legal	-	(4.076.182,74)	(1.736.169,84)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	3.983.888,21	3.668.564,47	3.761.701,31

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas		Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal				
Saldos em 31/12/2015	12.862.918,86	(44.999,00)	4.624.625,26		2.079.007,55		19.521.552,67
Ajustes de Exercícios Anteriores					(6.900,00)		(6.900,00)
Ao Capital	2.074.838,40				(2.074.838,40)		(4.169,15)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(4.169,15)		1.745.034,46
Por Subscrição/Realização	1.747.941,51	(2.907,05)					(1.131.289,30)
Por Devolução (-)	(1.131.289,30)						5.787.232,79
Sobras ou Perdas Líquidas			1.736.169,84		(1.736.169,84)		(289.361,64)
Constituição de Reservas					(289.361,64)		
. F A T E S							
Saldos em 31/12/2016	15.554.409,47	(47.906,05)	6.360.795,10		3.754.801,31		25.622.099,83
Constituição de Reservas			2.000.000,00		(2.000.000,00)		(1.724.300,34)
Em Conta Corrente do Associado					(1.724.300,34)		(27.769,48)
Ao Capital	27.769,48				(27.769,48)		(2.731,49)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(2.731,49)		2.018.310,43
Por Subscrição/Realização	2.039.507,65	(21.197,22)					(954.927,39)
Por Devolução (-)	(954.927,39)						(3.300,00)
Estorno Capital Subscrito	(3.300,00)						
Sobras ou Perdas Líquidas			8.152.365,48		(8.152.365,48)		-
. Fundo de Reserva			4.076.182,74		(4.076.182,74)		-
. F A T E S			-		(407.618,27)		
Saldos em 31/12/2017	16.663.459,21	(69.103,27)	12.436.977,84		3.668.564,47		32.699.898,25
Saldos em 30/06/2017	16.025.229,82	(79.401,96)	8.360.795,10		4.168.477,27		28.475.100,23
Por Subscrição/Realização	982.603,02	10.298,69					992.901,71
Por Devolução (-)	(341.073,63)						(341.073,63)
Estorno Capital Subscrito	(3.300,00)						(3.300,00)
Sobras ou Perdas Líquidas			4.076.182,74		(4.076.182,74)		3.983.888,21
. Fundo de Reserva					(407.618,27)		
. F A T E S							(407.618,27)
Saldos em 31/12/2017	16.663.459,21	(69.103,27)	12.436.977,84		3.668.977,47		32.699.898,25

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

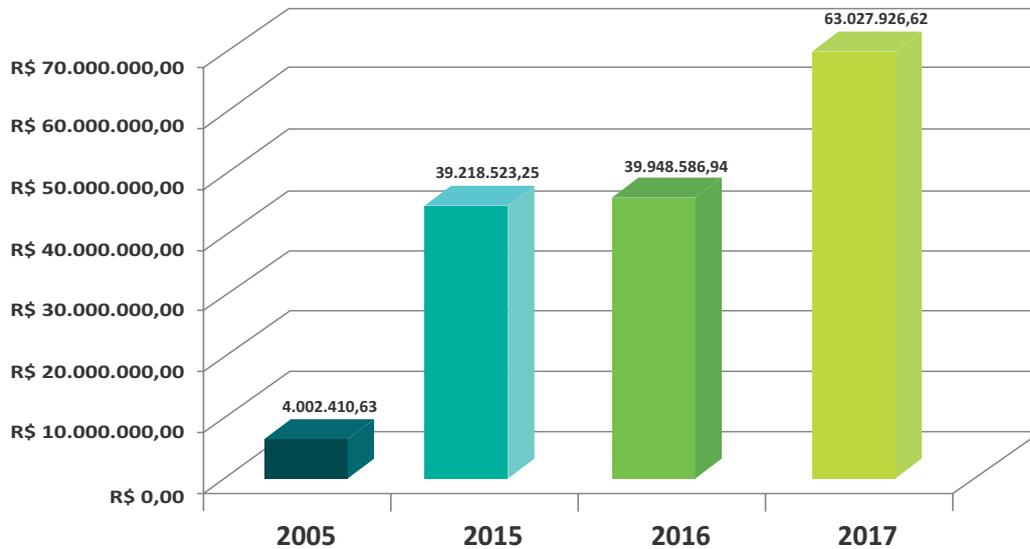
DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	4.505.538,64	8.825.571,60	6.034.666,80
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(6.900,00)
IRPJ / CSLL	(213.531,39)	(365.087,08)	(247.434,01)
Provisão para Operações de Crédito	1.750.153,86	1.855.145,85	597.162,88
Depreciações e Amortizações	306.535,35	594.197,18	513.124,04
Participação dos Funcionários nos Lucros	(308.119,04)	(308.119,04)	-
Baixa/ajustes no Imobilizado	51.396,28	51.396,28	10.239,15
Baixa/ajustes nos Investimentos	-	-	-
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais	6.091.973,70	10.653.104,79	6.900.858,86
Operações de Crédito	(11.891.027,60)	(22.880.572,62)	(25.967.502,67)
Outros Créditos	45.429,43	1.195,97	(105.799,39)
Outros Valores e Bens	(924.067,57)	(1.578.546,94)	(308.814,55)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais	-	-	-
Depósitos a Vista	7.994.556,46	11.912.504,11	5.228.229,87
Depósitos sob Aviso	(40.238,14)	(45.882,26)	15.563,18
Depósitos a Prazo	7.565.586,64	26.027.152,80	14.622.477,91
Outras Obrigações	833.966,04	450.555,88	828.526,81
Relações Interdependências	3.156.520,90	(270.121,01)	1.116.535,16
Relações Interfinanceiras	3.027.659,24	3.120.480,75	(103.197,81)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	15.860.359,10	27.389.871,47	2.226.877,37
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	5.286,29	9.211,68	11.874,74
Inversões em Imobilizado de Uso	(625.599,22)	(1.087.845,92)	(1.427.077,70)
Inversões em Investimentos	(874.299,75)	(1.797.898,73)	(88.788,32)
Outros Ajustes	-	38.699,54	116.163,67
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.494.612,68)	(2.837.833,43)	(1.387.827,61)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	992.901,71	2.018.310,43	1.745.034,46
Devolução de Capital à Cooperados	(341.073,63)	(954.927,39)	(1.131.289,30)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(2.731,49)	(4.169,15)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(1.724.300,34)	-
FATES Sobras Exercício	(407.618,27)	(407.618,27)	(289.361,64)
Estorno Capital Subscrito	(3.300,00)	(3.300,00)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	240.909,81	(1.074.567,06)	320.214,37
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	14.606.656,23	23.477.470,98	1.159.264,13
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	50.619.652,61	41.748.837,86	40.589.573,73
No Fim do Período	65.226.308,84	65.226.308,84	41.748.837,86
Variação Líquida das Disponibilidades	14.606.656,23	23.477.470,98	1.159.264,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESEMPENHO DO SICOOB CREDIUNA

RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS LÍQUIDAS CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA*

2005	2015	2016	2017
4.002.410,63	39.218.523,25	39.948.586,94	63.027.926,62



variação percentual de 2005 para 2017

1474,75%

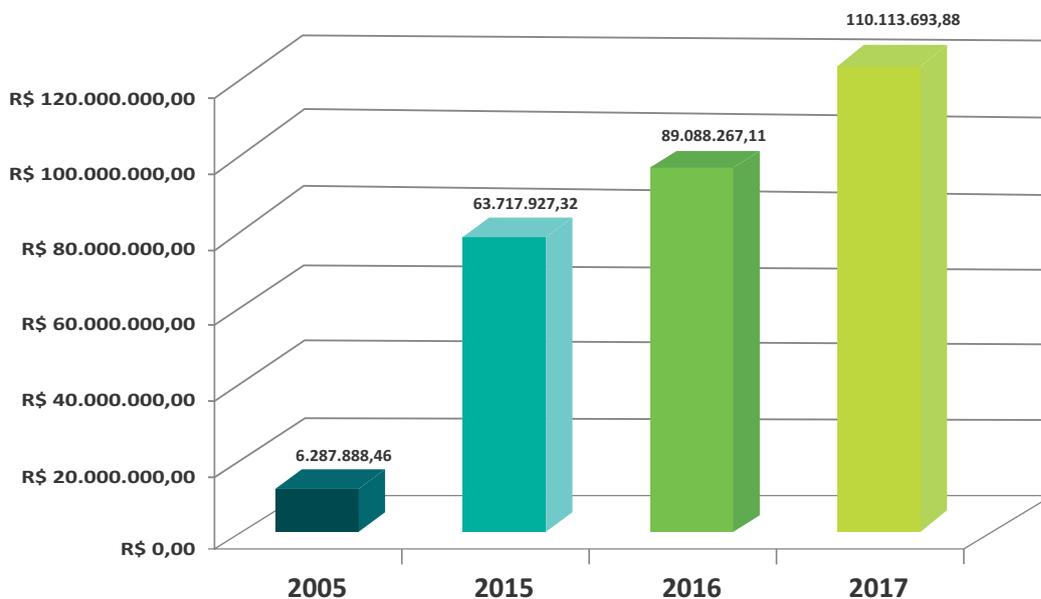
variação percentual de 2016 para 2017

57,77%

* referem-se a centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO*

2005	2015	2016	2017
6.287.888,46	63.717.927,32	89.088.267,11	110.113.693,88



variação percentual de 2005 para 2017

1651,20%

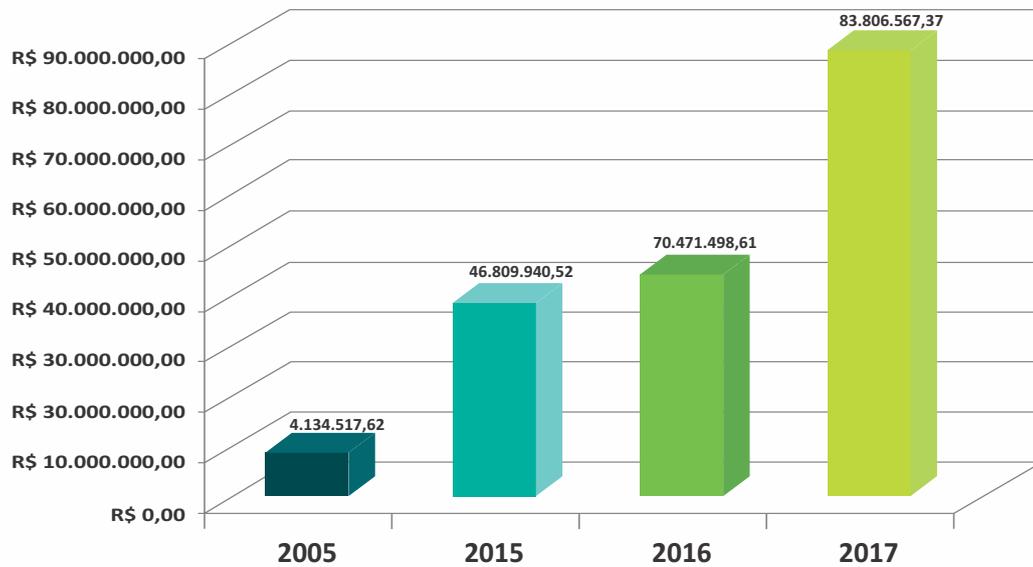
variação percentual de 2016 para 2017

23,60%

* referem-se a todas as operações de crédito do SICOOB CREDIUNA, compondo carteira comercial e carteira rural.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CARTEIRA COMERCIAL*

2005	2015	2016	2017
4.134.517,62	46.809.940,52	70.471.498,61	83.806.567,37



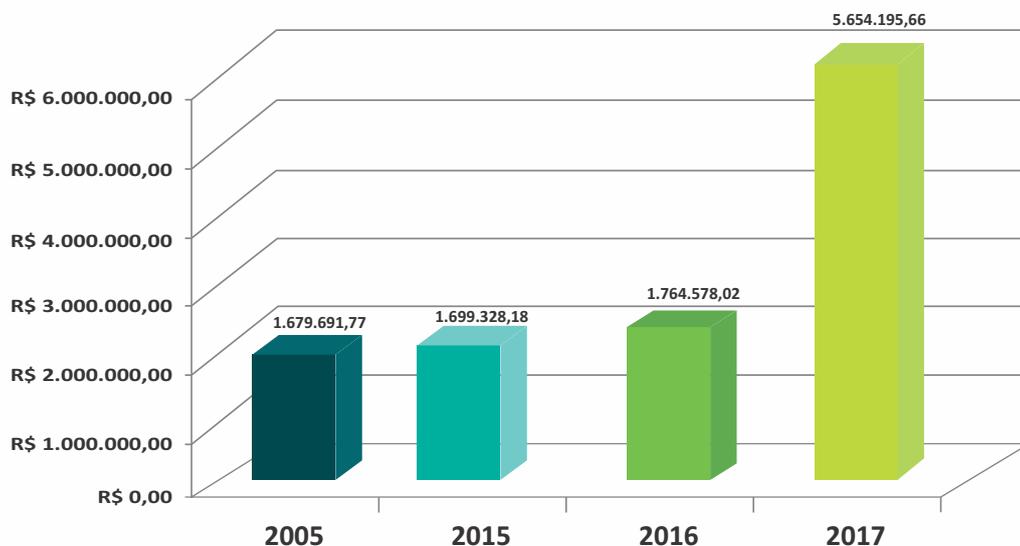
variação percentual de 2005 para 2017
1927,00%

variação percentual de 2016 para 2017
18,92%

* referem-se a todas as operações de credito do SICOOB CREDIUNA destinadas a área comercial, como: cheque especial, conta garantia, empréstimos, financiamentos e títulos descontados.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RPL - RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES*

2005	2015	2016	2017
1.679.691,77	1.699.328,18	1.764.578,02	5.654.195,66



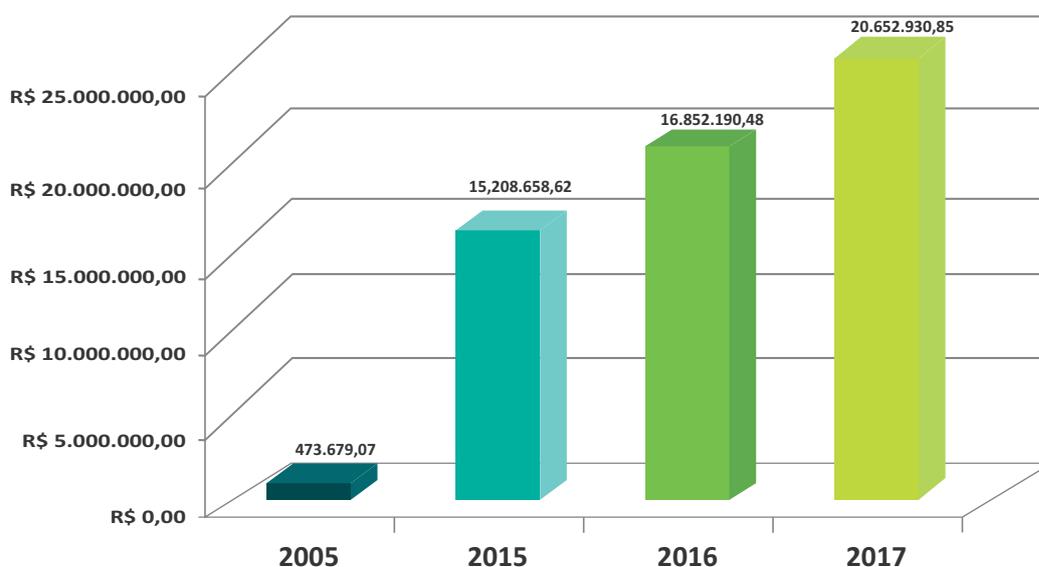
variação percentual de 2005 para 2017
236,62%

variação percentual de 2016 para 2017
220,43%

* referem-se a todas as operações de crédito do SICOOB CREDIUNA destinadas a área rural, como: investimento pecuário e agrícola e custeio pecuário e agrícola (recursos próprios).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RECURSOS REPASSADOS*

2005	2015	2016	2017
473.679,07	15.208.658,62	16.852.190,48	20.652.930,85



variação percentual de 2005 para 2017

4260,11%

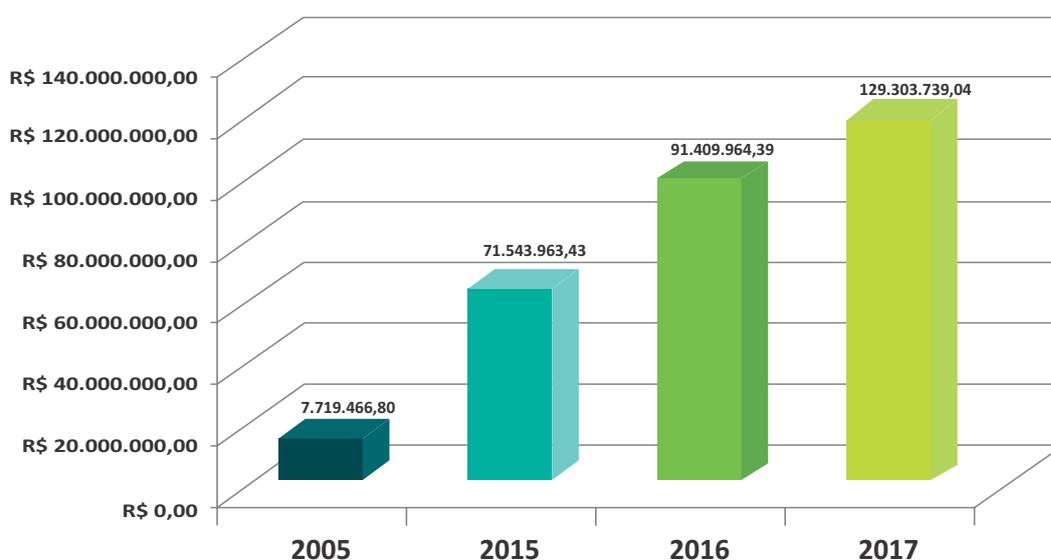
variação percentual de 2016 para 2017

22,55%

* referem-se a todas as operações de crédito do SICOOB CREDIUNA destinadas a área rural, como: repasses, PRONAF, PROPFLOA, BANCOOB, BNDES, em linhas de investimentos e custeio agrícola e pecuário e eventos do agronegócio em geral.

DEPÓSITOS TOTAIS*

2005	2015	2016	2017
7.719.466,80	71.543.963,43	91.409.964,39	129.303.739,04



variação percentual de 2005 para 2017

1575,03%

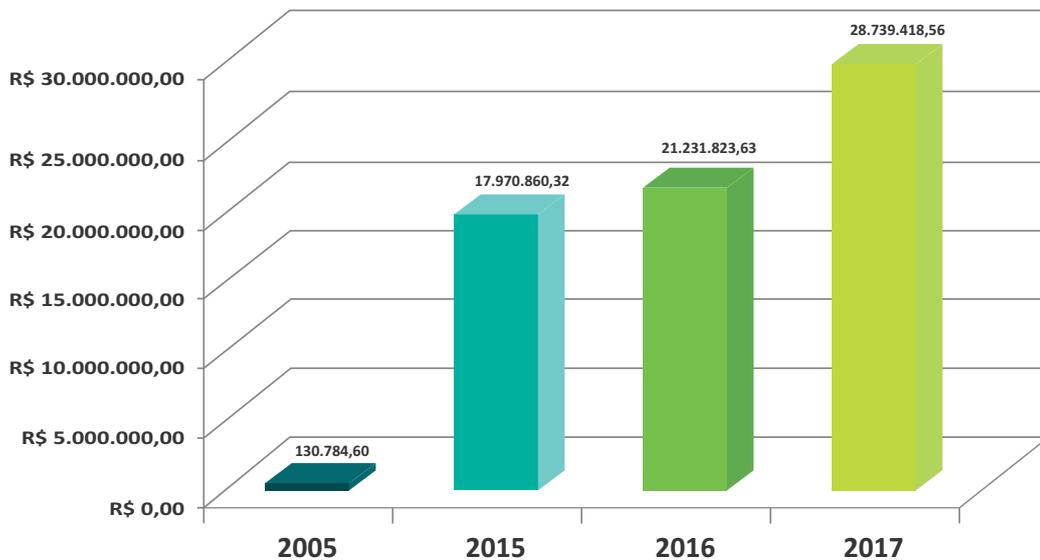
variação percentual de 2016 para 2017

41,45%

*todos os recursos depositados por nossos associados em nossa credi, seja a vista ou a prazo, quando se trata de depósito a prazo existe remuneração de juros ao mesmo. Importante ressaltar que a credi conta com FGCOOP - Fundo Garantidor de Depósitos, regido pelo BACEN que garante o valor de **R\$ 250.000,00** por associado.

SALDO POUPANÇA*

2005	2015	2016	2017
130.784,60	17.970.860,32	21.231.823,63	28.739.418,56



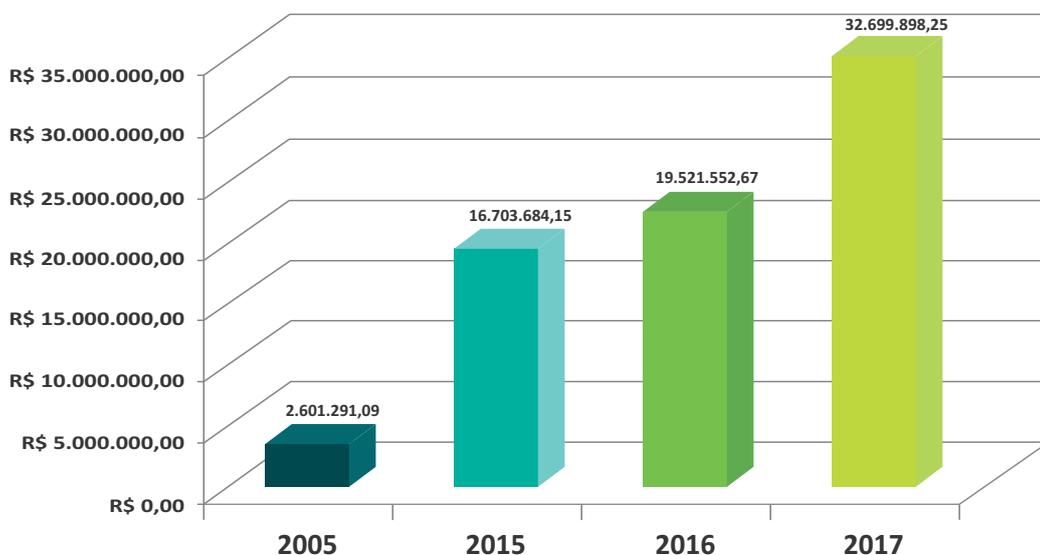
variação percentual de 2005 para 2017
21874,62%

variação percentual de 2016 para 2017
35,36%

*referem-se aos saldos de depósitos mantidos em conta poupança junto ao BANCOOB.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO*

2005	2015	2016	2017
2.601.291,09	19.521.552,67	25.622.099,83	32.699.898,25



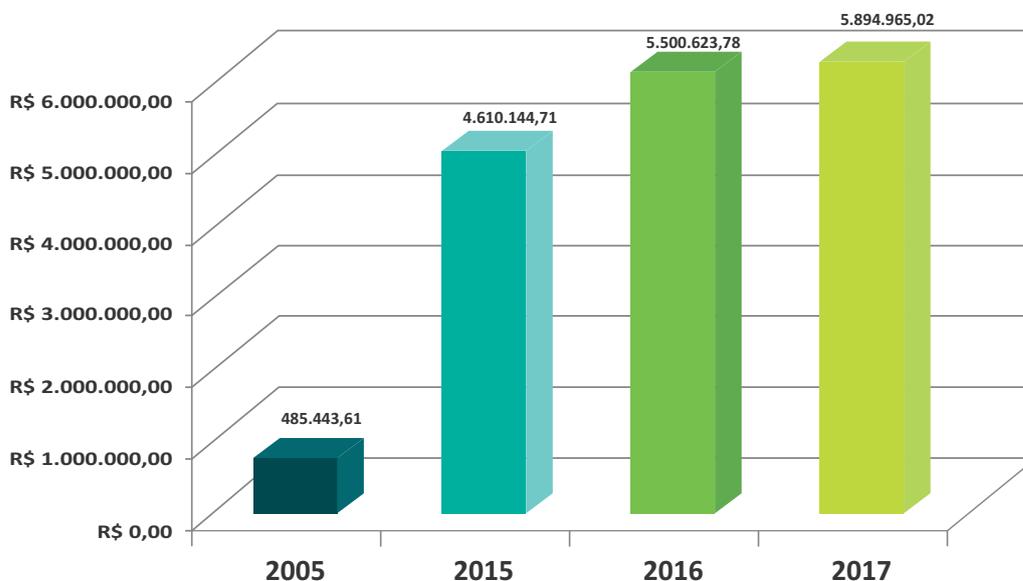
variação percentual de 2005 para 2017
1157,06%

variação percentual de 2016 para 2017
27,62%

* referem-se aos valores pertinentes a conta capital, reserva legal e sobras acumuladas.

IMOBILIZADO DE USO*

2005	2015	2016	2017
485.443,61	4.610.144,71	5.500.623,78	5.894.965,02



variação percentual de 2005 para 2017

1114,35%

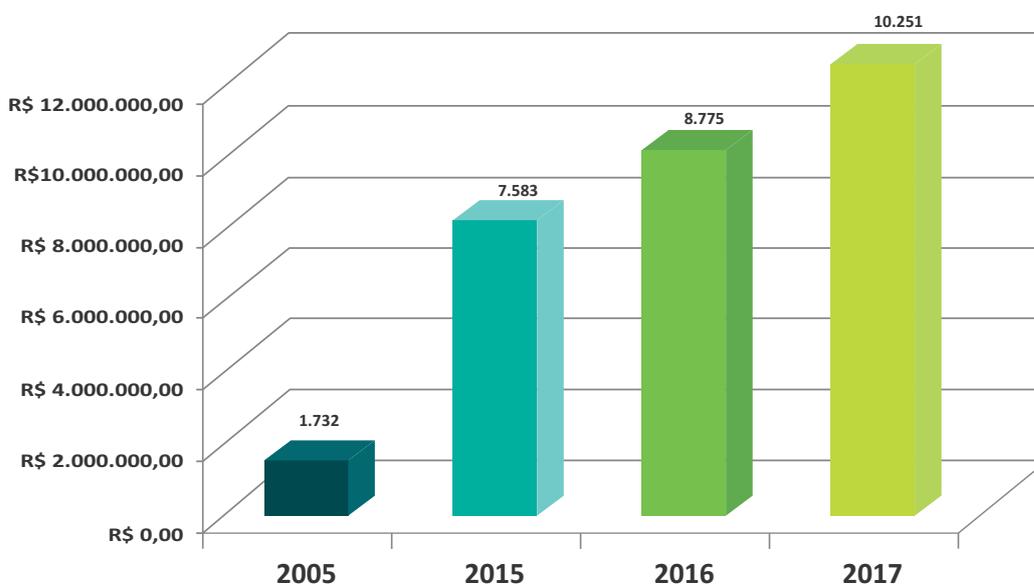
variação percentual de 2016 para 2017

7,17%

* referem-se a todas as máquinas, equipamentos, licenças de uso de softwares, móveis, veículos, edificações, terrenos e gastos em benfeitorias de terceiros.

NÚMERO DE CONTAS CORRENTES*

2005	2015	2016	2017
1.732	7.583	8.775	10.251



variação percentual de 2005 para 2017

491,86%

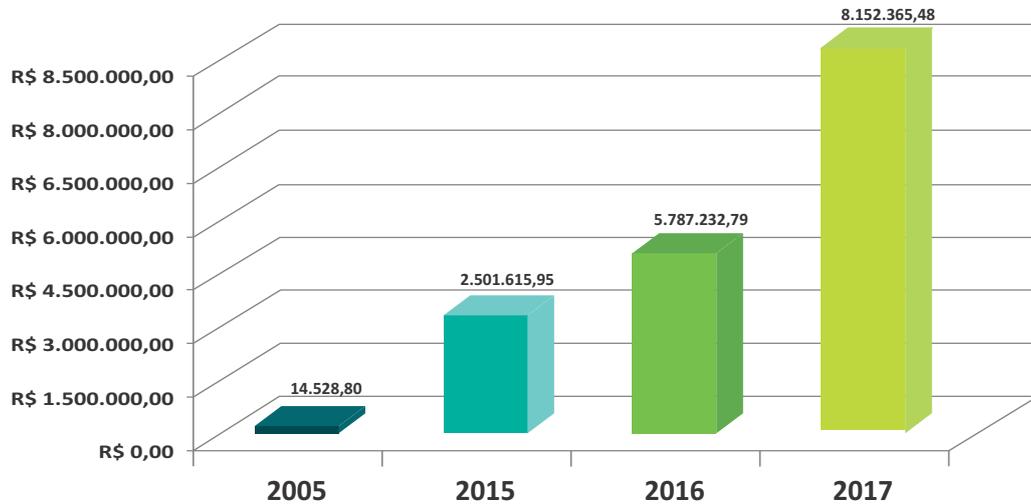
variação percentual de 2016 para 2017

16,82%

* referem-se ao montante de contas ativas mantidas na cooperativa.

SOBRAS BRUTAS DOS ANOS DE 2005, 2015, 2016 E 2017 - EVOLUÇÃO DAS SOBRAS*

2005	2015	2016	2017
14.528,80	2.501.615,95	5.787.232,79	8.152.365,48



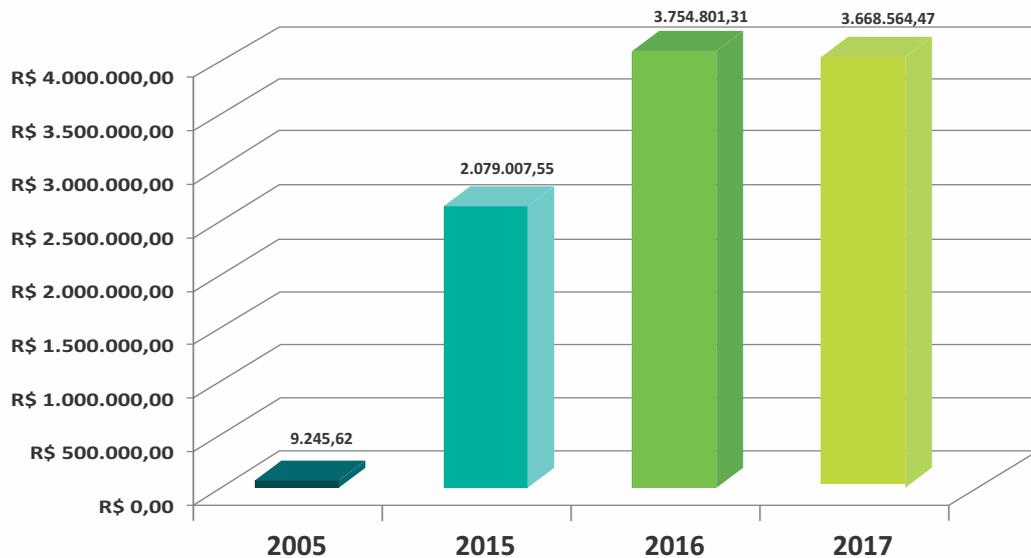
variação percentual de 2005 para 2017
56011,76%

variação percentual de 2016 para 2017
40,87%

*referem-se às sobras do exercício antes das destinações legais.

SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA*

2005	2015	2016	2017
9.245,62	2.079.007,55	3.754.801,31	3.668.564,47



variação percentual de 2005 para 2017
39678,94%

variação percentual de 2016 para 2017
-2,30%

*referem-se às sobras líquidas a disposição da assembleia, após a dedução das destinações legais e estatutárias, como FATES e Reserva Legal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. – SICOOB CREDIUNA é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/09/1989, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIUNA possui Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Crucilândia, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Rio Manso, Igarapé, Bonfim, Mario Campos e Brumadinho.

O SICOOB CREDIUNA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração e Diretoria em sua reunião de 18/01/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 3.376/11 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do SICOOB e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada

pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícito como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos qual a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores há 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável

ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	2.198.382,22	1.800.250,92
Relações interfinanceiras - centralização financeira	63.027.926,62	39.948.586,94
Total	65.226.308,84	41.748.837,86

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira-Cooperativa (a)	63.027.926,62	39.948.586,94
Total	63.027.926,62	39.948.586,94

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	245.645,51	-	245.641,51	338.671,72
Cheque Especial / Conta Garantida	3.834.322,20	-	3.834.322,20	2.877.294,46
Empréstimos	42.256.710,46	24.072.492,23	66.329.202,69	47.721.863,10
Financiamentos	2.945.854,70	2.708.340,96	5.654.195,66	6.309.052,16
Títulos Descontados	17.614.117,46	-	17.614.117,46	15.586.187,81
Financiamento Rurais e Agroindustriais	8.412.206,42	12.240.724,43	20.652.930,85	18.616.768,50
(-) Provisão Perda com Operações de Crédito	(3.385.294,72)	(831.421,77)	(4.216.716,49)	(2.361.570,64)
Total	71.923.558,03	38.190.135,85	110.113.693,88	89.088.267,11

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	5.680.079,14	-	8.696.783,03	-
A	0,50%	Normal	50.484.626,52	(252.423,23)	51.436.000,89	(252.180,16)
B	1%	Normal	43.667.533,66	(436.675,50)	22.137.932,49	(221.379,46)
B	1%	Vencidas	2.411.166,66	(24.111,68)	917.397,51	(9.173,98)
C	3%	Normal	2.455.358,77	(73.660,79)	3.754.102,31	(112.623,14)
C	3%	Vencidas	4.848.077,82	(145.442,39)	941.516,18	(28.245,50)
D	10%	Normal	334.083,83	(33.408,40)	644.893,35	(64.489,37)
D	10%	Vencidas	755.907,98	(75.590,83)	923.681,33	(92.368,19)
E	30%	Normal	399.606,25	(119.881,92)	264.282,72	(79.284,86)
E	30%	Vencidas	78.000,10	(23.400,04)	240.019,67	(72.005,94)
F	50%	Normal	127.418,31	(63.709,18)	39.300,30	(19.650,16)
F	50%	Vencidas	141.392,08	(70.696,07)	46.244,71	(23.122,37)
G	70%	Normal	37.352,43	(26.146,71)	24.702,41	(17.291,70)
G	70%	Vencidas	127.456,99	(89.219,93)	60.750,26	(42.525,21)
H	100%	Normal	216.430,63	(216.430,63)	309.306,69	(309.306,69)
H	100%	Vencidas	2.565.919,20	(2.565.919,20)	1.012.923,90	(1.012.923,90)
Total Normal			103.402.489,54	(1.222.336,36)	87.307.304,19	(1.081.205,55)
Total Vencido			10.927.920,83	(2.994.380,13)	4.142.533,56	(1.280.365,09)
Total Geral			114.330.410,37	(4.216.716,49)	91.449.837,75	(2.361.570,64)
Provisões			(4.216.716,49)		(2.361.570,64)	
Total Líquido			110.113.693,88		89.088.267,11	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Venc.	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	13.916.096,06	28.340.614,40	24.072.492,23	66.329.202,69
Títulos Descontados	-	16.438.964,53	1.175.152,93	-	17.614.117,46
Financiamentos	-	910.415,33	2.035.439,37	2.708.340,96	5.654.195,66
Financiamentos Rurais	-	1.065.502,76	7.346.703,66	12.240.724,43	20.652.930,85
Adiantamento Depositante	245.641,51	-	-	-	245.641,51
Cheque Especial - C/G	3.834.322,20	-	-	-	3.834.322,20
Total	4.079.963,71	32.330.978,68	38.897.910,36	39.021.557,62	114.330.410,37

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.413.563,89	11.413.009,33	4.675.328,13	-	17.501.901,35	15%
Setor Privado - Indústria	176.500,47	2.308.343,15	1.751.859,57	-	4.236.703,19	4%
Setor Privado - Serviços	733.980,93	23.307.753,59	4.364.417,18	-	28.406.151,70	25%
Pessoa Física	1.703.200,15	33.785.527,58	6.696.120,40	20.282.918,83	62.467.766,96	55%
Outros	52.718,27	1.168.764,70	126.392,18	370.012,02	1.717.887,17	1%
Total	4.079.963,71	71.983.398,35	17.614.117,46	20.652.930,85	114.330.410,37	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	2.361.570,64	1.764.407,76
Constituições/Reversões no período	3.491.357,59	1.562.590,76
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	(1.636.211,74)	(965.427,88)
Total	4.216.716,49	2.361.570,64

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	4.255.555,30	3,53%	2.852.854,38	3,00%
10 Maiores Devedores	21.749.867,79	18,06%	14.942.594,07	16,00%
50 Maiores Devedores	48.109.265,50	39,95%	34.901.236,31	38,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	4.597.638,54	4.088.344,26
Valor das operações transferidas no período	1.636.211,74	965.427,88
Valor das operações recuperadas no período	(290.964,11)	(453.382,33)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(9.755,51)	(2.751,27)
Total	5.933.130,66	4.597.638,54

h) Rendas de Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Adiantamento a Depositantes	716.126,59	982.987,78
Rendas de Empréstimos	16.954.573,72	12.848.923,18
Rendas de Títulos Descontados	4.584.450,52	3.160.842,58
Rendas de Financiamentos	1.588.962,57	1.829.972,94
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	133.414,02	404.692,86
Rendas de Financiamentos Rurais Aplicações Recursos a Vista	654.540,57	-
Rendas de Financiamentos Rurais Aplicações Recursos Poupança	80.132,42	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Repassadas	697.937,30	1.097.181,21
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	291.968,64	454.267,97
Total	25.841.867,10	20.778.868,52

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	144.875,55	134.167,25
Rendas a Receber (a)	368.692,25	505.637,36
Devedores por Depósito e Garantia (b)	966.537,59	866.071,29
Títulos e Créditos a Receber (c)	201.994,02	136.619,74
Devedores Diversos (d)	103.086,61	165.058,40
(-) Provisão para Outros Créditos (e)	(82.969,84)	(104.141,89)
Total	1.702.216,18	1.703.412,15

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$351.224,89), rendas de tributos federais, estaduais e municipais (R\$15.716,19) e outras (R\$1.751,17);
- (b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: , PIS sobre Atos Cooperativos (R\$39.832,92) COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$245.125,84), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (R\$320.342,00) e PIS sobre Folha de Pagamento (R\$361.236,83);
- (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$201.994,02);
- (d) Em Devedores Diversos estão registrados os adiantamento de férias aos colaboradores (R\$7.057,00), pendências a regularizar (R\$18.539,59), plano de saúde a receber (R\$69.622,94), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R\$2.100,00) e outros (R\$5.767,08).
- (e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Avais e Fianças Honradas	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
E	50%	59.661,66	(17.898,50)	28.368,92	(8.510,67)
F	50%	29.533,89	(14.766,97)	17.636,42	(8.818,23)
G	70%	17.918,76	(12.543,13)	4.496,39	(3.147,47)
H	100%	37.761,24	(37.761,24)	83.665,52	(83.665,52)
Total Geral		144.875,55	(82.969,84)	134.167,25	(104.141,89)
Provisões		(82.969,84)	-	(104.141,89)	-
Total Líquido		61.905,71	(82.969,84)	30.025,36	(104.141,89)

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio	2.542.197,82	1.022.377,56
Material em Estoque	2.938,00	-
Despesas Antecipadas	132.473,34	105.506,47
Total	2.677.609,16	1.127.884,03

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 2.542.197,82, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (b) Em despesas antecipadas é referente a prêmios de seguros, processamento de dados, vale refeição e alimentação e Fundo Valores Ressarcimento (FRV).

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB e ações do BANCOOB.

Movimentação dos investimentos:

Descrição	SICOOB CENTRAL CREDIMINAS	BANCOOB	Total
Saldos em 31/12/2015	3.826.248,83	36.923,00	3.863.171,83
Investimentos	923.598,98	-	923.598,98
Saldos em 31/12/2016	4.749.847,81	36.923,00	4.786.770,81
Saldos em 31/12/2016	4.749.847,81	36.923,00	4.786.770,81
Investimentos	874.299,75	-	874.299,75
Saldos em 31/12/2017	5.624.147,56	36.923,00	5.661.070,56

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizações em Curso	(*)	362.044,50	1.065.815,89
Terrenos	-	51.102,11	51.102,11
Edificações	4%	3.761.492,83	2.539.690,89
Instalações Móveis e Equipamentos	10%	1.898.104,93	1.723.055,06
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.314.090,38	1.220.354,08
Sistemas de Comunicação	10%	49.045,15	42.815,49
Sistema de Transportes	20%	249.907,44	262.423,30
Sistemas de Segurança	10%	312.579,48	317.144,51
TOTAL	-	7.998.366,82	7.222.401,33
Depreciação acumulada	-	(2.103.401,80)	(1.721.777,55)
TOTAL	-	5.894.965,02	5.500.623,78

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarem a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composta de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito a Vista	35.220.647,92	23.308.143,81
Depósito Sob Aviso	592.380,88	638.263,14
Depósito a Prazo	93.490.710,24	67.463.557,44
Total	129.303.739,04	91.409.964,39

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCOOP, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	56.566,27	78.990,08
Despesas de Depósitos a Prazo	7.125.173,65	7.510.213,88
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	169.800,62	127.003,96
Total	7.351.540,54	7.716.207,92

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante	Não Circulante	
BANCOOB	5,50% a 8,75% a.a.	Diversos	7.420.243,88	12.493.304,33	16.793.067,46
Total	-		7.420.243,88	12.493.304,33	16.793.067,46

13. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento (a)	3.517.078,55	3.769.171,94
Concessionárias de Serviços Públicos	58.104,83	94.331,89
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	19.689,81	1.490,37
Total	3.594.873,19	3.864.994,20

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, por solicitação dos associados, porém não compensados até a data-base de 31/12/2017.

14. Outras obrigações

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	407.632,78	486.797,28
Cotas de capital a pagar (b)	460.254,19	293.738,76
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	308.119,04	-
Outras Obrigações	-	344.968,11
Total	1.176.006,01	1.125.504,15

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

(c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2018.

14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	103.773,06	95.927,48
Impostos e Contribuições a Recolher (b)	444.721,98	385.933,34
Total	548.495,04	481.860,82

(a) Refere-se a provisões IRPJ, CSLL, do 4º trimestre de 2017;

(b) Refere-se a impostos sobre folha de pagamento como FGTS, IRRF, INSS, ISSQN e Provisão PIS Folha de pagamento;

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de tributos e Assemelhados	55.013,35	28.325,46
Despesas de Pessoal (a)	870.421,98	745.333,51
Outras Despesas Administrativas (b)	178.461,25	341.628,74
Cheques Descontados (c)	142.480,54	177.668,45
Credores Diversos - País (d)	1.526.470,34	1.363.016,12
Provisão para Garantias Prestadas (e)	293.747,22	128.280,14
Provisão para Passivos Contingentes (f)	972.709,22	921.631,68
Total	4.039.303,90	3.705.884,10

- (a) Referem-se a provisões com despesas de pessoal, referente a férias, 1/3 de férias, INSS sobre férias e FGTS sobre férias;
- (b) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com água/energia e gás (R\$4.467,13), aluguéis (R\$12.166,63), comunicações (R\$3.493,79), segurança e vigilância (R\$53.452,32), manutenção e conservação de bens (R\$23.991,36), transporte (R\$31.203,86), seguro prestamista (R\$29.126,64) e outras (R\$20.559,52);
- (c) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2017;
- (d) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.247.913,65), diferenças de compensação a acertar com o BANCOOB (R\$24.319,56), plano de saúde de terceiros a pagar (R\$104.791,06) e outros (R\$149.446,07);
- (e) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de (R\$29.832.678,14 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir.

Nível / Percentual de Risco / Situação		Coobrigações	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	8.009.730,05	-	15.491.518,62	-
A	0,50%	9.400.010,97	(47.000,18)	7.222.712,79	(36.113,77)
B	1%	11.471.357,76	(114.713,49)	853.206,13	(8.532,04)
C	3%	344.554,87	(10.336,65)	103.596,20	(3.107,92)
D	10%	343.190,34	(34.319,04)	799.202,02	(79.920,24)
E	30%	244.182,01	(73.254,61)	-	-
F	50%	11.057,81	(5.528,92)	-	-
G	70%	-	-	307,50	(215,25)
H	100%	8.594,33	(8.594,33)	390,92	(390,92)
Total Geral		29.832.678,14	(293.747,22)	24.470.934,18	(128.280,14)

- (f) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIUNA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	16.594.355,94	15.506.503,42
Associados	11.840	10.624

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 21 de fevereiro de 2017, os cooperados deliberaram pela transferência de R\$ 2.000.000,00 para Reserva Legal e R\$ 1.754.801,31 para Conta Corrente dos associados, com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$3.754.801,31.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	8.152.365,48	5.787.232,79
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.152.365,48	5.787.232,79
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 30% em 2016 e 50% em 2017	(4.076.182,74)	(1.736.169,84)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(407.618,27)	(289.361,64)
Ajuste de Exercício anterior	-	(6.900,00)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.668.564,47	3.754.801,31

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	2.657.882,52	1.545.167,23
Despesas específicas de atos não cooperativos	(488.063,46)	(134.081,42)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.157.424,37)	(684.910,61)
Resultado operacional	1.012.394,69	726.175,20
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	118.038,17	(93.129,35)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	894.356,52	633.045,85
Imposto de Renda e Contribuição Social	(364.863,39)	(247.434,01)
Dedução receitas com associados	(1.048.251,02)	(472.436,68)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(518.757,90)	(86.824,84)

18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas (a)	698.747,71	313.427,54
Reversão de Outras Provisões Operacionais	436.703,29	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	258.648,18	298.360,92
Atualização de Depósitos Judiciais	53.448,68	58.066,00
Rendas de Cartões	934.614,29	498.256,39
Dividendos	9.940,48	9.359,92
Outras Rendas Operacionais (b)	262.444,75	362.109,72
TOTAL	2.654.547,38	1.539.580,49

- a) O valor registrado na rubrica Recuperação de encargos e despesas refere-se à reversão de provisão e recuperação de despesas.
- b) O valor registrado na rubrica Outras rendas operacionais refere-se a crédito distribuição de sobras da central e recebimento de sinistro.

19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	88.777,14	100.547,61
Descontos Concedidos em Renegociações	88.295,24	45.500,60
Cancelamento de Tarifas Pendentes	394.212,90	428.627,82
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	10.819,51	11.151,02
Provisão para Passivos Contingentes	299.029,73	126.033,74
Outras Despesas Operacionais	39.022,36	193.577,17
Outros	-	550,29
Provisão para Garantias Prestadas	188.336,62	52.743,88
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	9.327,15	4.092,60
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	5.464,34	2.097,00
Contribuições ao Fundo de Investimentos Tecnologia da Informação	210.773,24	207.452,57
TOTAL	1.334.058,23	1.172.374,30

20. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucros na Alienação de Valores e Bens	59.488,84	50.730,41
Ganhos de Capital	43.638,50	6.752,47
Outras Rendas Não Operacionais	-	-
Total de Receitas Não Operacionais	103.127,34	57.482,88
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(19.231,65)	(45.349,99)
Perdas de Capital	(82.895,02)	(51.752,59)
Despesas de Provisões Não Operacionais	(70.384,00)	-
Outras	(119.038,84)	(53.509,65)
Total de Despesas Não Operacionais	(291.549,51)	(150.612,23)
Resultado Líquido	(188.422,17)	(93.129,35)

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Operações ativas e passivas no período de 01/01/2017 a 31/12/2017:

MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total, saldo final.
14.894.568,02	13,03%
MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total, saldo final.
1.641.442,27	1,27%

OPERAÇÕES ATIVAS - SALDO EM 31/12/2017:

CARTEIRA DE CRÉDITO TOTAL - SALDO EM 31/12/2017		
Carteira Total	PCLD - (Provisão Crédito Liquidação Duvidosa) Total	% do PCLD em Relação ao Total da Carteira de Crédito
114.330.410,37	4.216.716,49	3,69%

OPERAÇÕES ATIVAS (Partes Relacionadas) - SALDO EM 31/12/2017				
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO (Partes Relacionadas)	% das Operações de Crédito em Relação à Carteira Total	PCLD (Partes Relacionadas)	% PCLD em relação ao Total de PCLD
Adiantamento a Dep.	22.541,55	0,01%	225,61	0,01%
Cheque Especial	115.504,43	0,10%	1.108,78	0,03%
Crédito Rural	2.055.014,85	1,80%	16.137,71	0,38%
Empréstimo/Financ.	1.122.299,19	0,98%	10.202,85	0,24%
Títulos Descontados	2.657.159,69	2,32%	12.369,97	0,29%
Coobrigações	3.954.138,15	-	-	-
Total Geral	9.904.116,31	5,21%	40.044,92	0,95%

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2017

DEPÓSITOS À VISTA - SALDO EM 31/12/2017			
Depósito a Vista Total	Depósito a Vista (Partes Relacionadas)	% em Relação Depósito a Vista Total	
35.220.647,92	192.286,80	0,55%	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - SALDO EM 31/12/2017			
Aplicações Financeiras Totais	Aplicação (Partes Relacionadas)	% em Relação Aplicação Financeira Total	Taxa Média - %
94.083.091,12	725.579,44	0,77 %	86% CDI

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas (1)	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva (2)
Cheque Especial	5,80% a.m. a 8,80% a.m.	8,80% a.m.
Cheques Descontados	1,90% a.m. a 2,79% a.m.	1,99% a.m. a 3,29% a.m.
Empréstimos	1,60% a.m. a 3,57% a.m.	1,60% a.m. a 3,57% a.m.
Crédito Rural – RPL	1,60% a.m. a 2,13% a.m.	1,60% a.m. a 2,63% a.m.
Crédito Rural - Repasses	5,50% a.a. a 9,50% a.a.	2,50% a.a. a 9,50% a.a.
Aplicação Financeira	80% a 90% CDI	80% A 95% CDI

(1) Taxas praticadas a época da contratação da operação

(2) Taxas vigentes em 31/12/2017

No exercício corrente os benefícios monetários destinados às partes relacionadas, que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa (conselheiros de administração) é representado por honorários, cédulas de presenças em reuniões, e encargos respectivos, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS - EXERCÍCIO DE 2017	
Honorários Diretoria	695.033,12
Conselho de Administração	300.466,81
Gratificação Diretoria	58.727,55
FGTS Diretoria/Conselho Administração	59.126,28
INSS Diretoria/Conselheiros	226.977,53
TOTAL	1.340.331,29

22. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

O SICOOB CREDIUNA em conjunto com outras cooperativas singulares é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e pelas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, bem como a facilitação da utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e a aplicação dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIUNA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CREDIMINAS :

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 7)	63.027.926,62	39.948.586,94
Ativo Permanente - Investimentos (nota 11)	5.624.147,56	3.826.248,83

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 21 de agosto de 2017, com opinião sem modificação.

23. Gerenciamento de Risco e de Capital

23.1 Risco Operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

- a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- c) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito de o SICOOB objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

23.4 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

24. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 29.832.678,14 - (31/12/2016 - R\$ 24.470.934,18), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização em 31 de dezembro de 2017.

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS Faturamento	39.832,92	39.832,92	38.134,67	38.134,67
PIS Folha	367.408,46	361.236,83	289.715,82	289.655,43
COFINS Faturamento	245.125,84	245.125,84	232.510,76	232.510,76
CSLL Faturamento	320.342,00	320.342,00	232.510,76	305.770,43
Total	972.709,22	966.537,59	921.631,68	866.071,29

PIS e COFINS e CSLL - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS e CSLL. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

28. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Assessoria de Gestão de Riscos – AGIR, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atender-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Itaúna – MG, 18 de Janeiro de 2018.

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda.
SICOOB CREDIUNA**

Luciano Olímpio Guimarães

Presidente do Conselho Administração

Lindair Vicente de Resende

Vice Presidente do Conselho Administração

Clébio Augusto da Silva

Conselheiro de Administração

Etelvino Carvalho Santos

Conselheiro de Administração

José Maria Dornas

Conselheiro de Administração

Maria Lucélia de Oliveira Antunes

Conselheira de Administração

Moacir Parreira da Silva

Conselheiro de Administração

Rosenei Monteiro Lima Andrade

Conselheira de Administração

Paulo Cesar de Freitas

Diretor Executivo Financeiro

Geraldo Márcio de Moraes

Diretor Executivo Administrativo

José Osvaldo da Silva

Contador CRC MG 084.114

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. – SICOOB CREDIUNA, reunidos em 25 de janeiro de 2018, em cumprimento as disposições estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de resultado, elaborada sob a responsabilidade de sua administração. A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações contábeis mais representativas adotadas pela administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e o parecer da Auditoria, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento e aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

Itaúna, 25 de janeiro de 2018.

Arisio de Oliveira Campos

Conselheiro Fiscal

Irene Maria de Oliveira

Conselheira Fiscal

Nilzo José de Faria

Conselheiro Fiscal



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda.
SICOOB CREDIUNA
Itaúna-MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. – SICOOB CREDIUNA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIUNA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles interno relevante para a auditoria para planejarmos procedimento de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles interno da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 25 de janeiro de 2018.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994



Nossas Agências

BONFIM

Rua Benedito Valadares, 222 - Centro - (31) 3576-1684

BRUMADINHO

Rua Presidente Vargas, 136 - Centro - (31) 3571-3385

CRUCILÂNDIA

Av. Coronel Parreiras, 424 - Centro - (31) 3574-1627

IGARAPÉ

Rua Cristiano Machado, 426 - Centro - (31) 3534-3584

ITATIAIUÇU

Praça Antônio Quirino da Silva, 88 - Centro - (31) 3572-1707

ITAÚNA (MATRIZ)

Rua Silva Jardim, 822 - Universitário - (37) 3249-2100

MÁRIO CAMPOS

Rua João de Carvalho, 74 - Centro - (31) 3577-2344

MATEUS LEME

Praça Benedito Valadares, 286 - Loja 01 - Centro - (31) 3535-1496

RIO MANSO

Rua Antônio Pedro de Melo, 28 - Centro - (31) 3573-1220



www.sicoobcrediuna.com.br

Ouvidoria: 0800 725 0996 | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458